



Número: **0025419-87.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **02/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE BRUNO CORREIA (AUTOR)		JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHAES (ADVOGADO)	
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62895516	02/06/2020 18:41	Petição Inicial	Petição Inicial
62895517	02/06/2020 18:41	JOSE BRUNO CORREIA PROC+RG+COMP RESIDENCIA	Documento de Comprovação
62895519	02/06/2020 18:41	JOSE BRUNO CORREIA PRONT HOSP ARMINDO MOURA	Documento de Comprovação
62895520	02/06/2020 18:41	JOSE BRUNO CORREIA BOLETIM DE OCORRENCIA+ COMP PAG	Documento de Comprovação
62899134	04/06/2020 10:29	Despacho	Despacho
64525509	10/07/2020 18:54	Intimação	Intimação
65129580	23/07/2020 09:44	Outros (Petição)	Outros (Petição)
65149452	27/07/2020 19:26	Decisão	Decisão

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE-PE.

JOSE BRUNO CORREIA, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, portador da Cédula de Identidade com RG nº. 10007607, expedida pela SDS/PE, inscrito no CPF sob o nº 118.528.724-89, residente e domiciliado na Sítio Nicacio, nº. 590, Avenca Rural, Gravatá/PE, CEP 55640-000, através de sua advogada e bastante procuradora infra-assinada, qualificada e constituída conforme Instrumento Procuratório em anexo (Doc. 01), com escritório profissional sito à Avenida Fagundes Varela, nº 988, Sala 10 e 14, Jardim Atlântico, Olinda-PE, CEP: 53140-080, onde normalmente recebem notificações e intimações de estilo, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para propor:

AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT,

Com fulcro no Código Civil, CTR e nas Leis Federais de nº 6194/74, 8441/92, 11.482/07, art. 8º e 11.945/09, em face de **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº. **33.164.021/0001-00** com sede na Avenida República do Líbano, nº 251, sala 1001, torre 2, Pina, Recife-PE, CEP:51110-160 consoante os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

PRELIMINARES:

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Necessário esclarecer a esse juízo, que o Autor possui real necessidade de ser beneficiário da **JUSTIÇA GRATUITA**, conforme declaração de pobreza acostado nos autos, posto que, é vítima de acidente de trânsito, e tem suportado enormes prejuízos de ordem financeira, em virtude das lesões e seqüelas resultantes da colisão, logo, afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sucumbências sem prejuízo do sustento próprio bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos da Lei 1.060/50.

DO CONVÊNIO ENTRE A SEGURADORAS DO CONSÓRCIOS DPVAT E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:

A Seguradora Líder, responsável pelo pagamento das indenizações do Seguro DPVAT, realizou convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a finalidade de custear os honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015.

É de ciência de todos que ocorre trimestralmente Mutirões nas Ações de Seguro DPVAT, as audiências de conciliações são realizadas concomitantemente com as perícias médicas, em que os peritos judiciais graduam a debilidade dos autores e diante destas perícias as partes conciliam quando tem alguma diferença a receber, constata na referida perícia.

A partir do segundo semestre do ano de 2015, inspirados no exemplo das audiências realizadas no Mutirão de DPVAT, e respaldados no Convênio entre a Seguradora Líder e o Tribunal, alguns magistrados passaram a realizar audiências de conciliação e



concomitantemente, durante a seção, um perito nomeado pelo Juízo realiza o exame na parte autora a fim de constar a graduação da debilidade ocasionada pelo acidente.

Constatada a graduação da invalidez, durante a própria audiência, a parte RÉ, apresenta proposta de acordo, baseada no laudo e na tabela de gradação elaborada pela Lei nº 11.945/2009.

Como a prova pericial, nestes tipos de ações, é imprescindível para a solução da lide, e seguindo o que prevê o novo código de processo civil em seu artigo 319, inciso VII, vem o AUTOR **declarar que não tem interesse, neste primeiro momento, em participar da Audiência de Conciliação e Mediação**, tendo em vista que se faz necessário a realização da perícia medica para atestar e graduar a debilidade da parte autora em decorrência acidente de trânsito em questão.

Diante do exposto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015 e posteriormente uma possível composição amigável.

I. DOS FATOS:

O Autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 08/06/2019 e teve como consequência **debilidade permanente no membro superior direito**, conforme laudos médicos anexos.

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço do Consórcio Líder Seguradora, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é partícipe do convênio DPVAT.

A empresa seguradora, ora Ré, registrou o sinistro, para logo após, que recebida à documentação exigida para cobertura foi entregue pela representante do Autor, vindo a receber pela **debilidade permanente no membro superior direito**, o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Ocorre que o Autor recebeu a menor, pois a quantia certa para cobertura no caso de invalidez permanente na região do **membro superior direito**, segundo legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e como a debilidade foi na região acima citada, conforme Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente em anexo, ou seja, invalidez total em vários membros, portanto o valor correto que o Autor deveria ter recebido, em conformidade com a lei era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

II. DO DIREITO:

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa. Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº. 11.482/07 e Lei nº. 11.945/09, que ampara a pretensão da presente ação, in verbis:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR).

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra “b”, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;

Referente à invalidez permanente do Autor, os laudos apresentados e anexados pelo Autor na presente lide aponta sem titubeios que o Autor tornou-se portador, em razão do acidente, debilidade permanente no membro superior direito, seqüelas de caráter definitivo e irreversível.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a empresa seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois as debilidades foram no **membro superior direito**, conforme Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente em anexo, porém a quantia paga foi baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), contrariando as leis federais acima mencionadas.

Logo, o Art. 8º da Lei de nº 11.482/07, em que revogou o art. 3º da Lei 6.174/74, que determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) não ocorrendo qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores. Ficando, claro que a revogação do referido artigo não modifica o entendimento que a tabela determinada pelo CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), não possui qualquer respaldo legal, e sim, a regulada pela Lei nº. 11.945/09.

O quadro abaixo ilustra ainda mais o disparate da situação:

Valor legal	Valor pago pela recorrida	Diferença (valor legal – valor recebido)
R\$ 13.500,00	R\$ 2.531,25	R\$ 10.968,75



Segue jurisprudência do 1º Colégio Recursal de Pernambuco:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. EXTINÇÃO PROCESSUAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PAGAMENTO REALIZADO A MENOR. TABELA QUE PREVE PAGAMENTO DE 70% DO TETO MÁXIMO. DIFERENÇA A SER PAGA. SENTENÇA REFORMADA.. RECURSO PROVIDO. Insurge-se o recorrente contra a sentença (fls. 53/55), que julgou extinto o processo sem resolução de mérito em razão da necessidade de produção de prova pericial por absoluta ausência de laudo oficial do IML. Em suas razões (fls. 57/60), em suma, aduz que tendo em vista ter sido pago indenização a menor no valor de R\$ 2.040,49, quando deveria ser baseado no valor de R\$ 13.500,00 x 70%, o que equivaleria a R\$ 9.450,00, pois este percentual equivale a debilidade permanente de um dos membros superiores. Ressalta que no caso em exame não se discute perda da função, inutilização de membro ou invalidez permanente. Ressalta que os laudos acostados são firmes em afirmar que o recorrente tornou-se portador de debilidade permanente do membro superior direito. Enfim, pede seja reformada a sentença para pagar-lhes a diferença correspondente a R\$ 7.045,51 (sete mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Em suas contra-razões (fls. 66/68), em síntese, pugna pela manutenção da sentença desafiada. É o relatório. Com efeito, o recorrente teria direito ao percentual de 70% sobre o valor de R\$ 13.500,00 se tivesse, ao mínimo, acostado aos autos o laudo traumatológico produzido pelo IML, mas não o fez, preferindo acostar fichas de atendimentos realizados em outros municípios, de forma que sem o laudo confeccionado pelo IML outra não é o caminho que não a extinção do processo sem resolução de mérito pela complexidade da causa. Houve o reconhecimento, por parte da seguradora, da invalidez do autor, e além disso, a própria seguradora na audiência reconheceu a invalidez, de forma que considerando a tabela acostada às fls. 36, o percentual de perda é de 70%, devendo ser paga a recorrente a diferença correspondente a R\$ 7.045,51, tendo em vista já ter recebido a quantia de R\$ 2.040,49. E a tabela, para estes casos, prevê o percentual de 70%, que incidirá sobre o valor de R\$ 13.500,00. Faz jus, o autor, a receber a diferença pleiteada. Dou provimento ao recurso, julgando procedente o pleito do autor, condenando a recorrida a pagá-lo a quantia de R\$ 7.045,51, devidamente corrigida pela Tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento desta, e juros de 1% ao mês, a partir da citação. É como voto. **ACÓRDÃO:** Realizado o julgamento do recurso inominado, onde são partes, como recorrente: JABSON ALEXANDRE CORREIA DE AMORIM, e como recorridos: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, em 08 de junho de 2011, a 1ª Turma do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, composta pelos Juízes de Direito Dr. AUZIÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI, Dr. ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e Dr. NILDO NERY DOS SANTOS FILHO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão: vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juízes componentes da 1ª Turma Julgadora do I Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, na conformidade da Ata de Julgamento, a unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Publicado nesta sessão, ficam as partes de logo intimadas. Recife, Sala das Sessões, 08 de junho de 2011. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02422/2011, Relator Roberto Carneiro Pedrosa, j. 08/06/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). DEBILIDADE PERMANENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRELIMINAR DE COMPLEXIDADE AFASTADA. INDENIZAÇÃO FIXADA POR LEI EM R\$ 13.500,00. PERCENTUAL DE 70% RECONHECIDO. DIFERENÇA DEVIDA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO. (1ª Turma do 1º CRC/PE, Recurso nº. 02107/2011, Relator Auziênio de Carvalho Cavalcanti, j. 08/06/2011).

O seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado. Portanto, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, a quitação dada pelo segurado, relativa a valor inferior ao fixado na lei, não exclui seu direito à diferença.

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação outorgado pelo Autor em face da empresa Ré foi lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como é o caso presente, como já decidiu inclusive a N. 10ª Câmara do E. 1º TACSP, nos autos da Apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:



“SEGURO OBRIGATÓRIO – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – FIXAÇÃO DO VALOR IMPOSTO POR LEI NÃO PODENDO SER OBJETO DE TRANSAÇÃO ENTRE AS PARTES – PROTEÇÃO DO SEGURADO QUE É A PARTE MAIS FRACA NO CONTRATO – INVALIDADE DA QUITAÇÃO POR VALOR MENOR QUE O DA INDENIZAÇÃO POR FORÇA DE TAL PRINCÍPIO – DETERMINAÇÃO DA SENTENÇA PARA QUE A SEGURADORA PAGUE O RESTANTE DA INDENIZAÇÃO A DESPEITO DE TER OBTIDO A QUITAÇÃO – COBRANÇA PROCEDENTE – RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – Correta a determinação contida na sentença que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. **Apelação desprovida**”.

Logo, o valor que deveria ser pago era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela **debilidade permanente no membro superior direito**.

Portanto, diante do exposto, a indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

Vê-se, portanto, que o Autor recebeu a quantia inferior àquela que legalmente lhe era devida. Essa postura constitui evidente afronta aos ditames normativos e não deve prosperar, mormente o entendimento jurisprudencial a pouco externado, de tal sorte que agora deve receber a diferença à época não paga.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de R\$ 10.968,75 (dez novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), correspondente à diferença que a empresa Ré indevidamente deixou de lhe pagar, referente à **debilidade permanente no membro superior direito**.

III. **O REQUERIMENTO:**

EX POSITIS, requer:

I- Que seja concedido a parte autora o pedido da **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei nº 1.060/50;

II- **Que o autor declara que não tem interesse na conciliação (art. 319, VII do CPC/15):**

III- **Que seja deferido o pedido da segunda preliminar para nomeação de perito, para atestar e graduar a debilidade da parte autora, bem como as debilidades que forem atestadas no ato da realização da perícia médica judicial em decorrência do acidente, conforme Convênio firmado entre Seguradoras do Consórcio DPVAT e Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015);**

IV- A citação da empresa Ré, para responder nos termos desta ação, sob pena de revelia, devendo a mesma ser condenada ao final a pagar o complemento de cobertura securitária título do seguro obrigatório DPVAT na quantia pecuniária apontada como valor da causa, desde data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbência sobre o total apurado;

V- Por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da



verdade.

IV. VALOR DA CAUSA:

Atribui-se a causa o valor de R\$ 10.968,75 (dez novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Recife, 02 de Junho de 2020.

Juliana Magalhães
OAB/PE nº. 22.820



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: José Bruno Carneiro, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, inscrito no RG 10007607, SCS/PE, CPF 118.528.724-89, residente e domiciliado no Sítio Nicácio, nº 590, AGRICULTURA RURAL, Gramma - PE, CEP 55640-000

OUTORGADO: JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PE sob o nº 22.820, com endereço profissional à Av. Fagundes Varela, 988, Sala 10, Jardim Atlântico, Olinda-PE, com endereço eletrônico jm_adv08@hotmail.com.

PODERES

Para representá-lo em juízo, conforme cláusula “ad judícia”, conferindo-lhe amplos poderes para defendê-lo em qualquer juízo, instância ou Tribunal, outorgando-lhe poderes especiais para requerer, contestar, indicar provas e testemunhas, protestar, executar, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, transigir, firmar acordos e compromissos, desarmar processos, recorrer, acompanhar andamento de processo, apresentar contrarrazões, requerer e receber Alvará Judicial para dar quitação, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15, podendo ainda substabelecer em parte ou no todo, com ou sem reservas, hipótese em que comunicará aos outorgantes os poderes que ora são outorgados, sempre no interesse dos outorgantes.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: declaro, firmado sob as penas das Leis 1060/50, que se encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Recife, 16 de Março de 2020

José Bruno Carneiro
Outorgante



TERMO DE RESPONSABILIDADE

EU, Jose Bruno Carneira, brasileiro, solteiro, inscrito no RG de nº 10007607, SPS/PE, CPF 118.528.724-39, residente e domiciliado no sítio VICARIO S90, Aracema Rural, Garanhuns/PE. Declaro para os devidos fins de direito que me responsabilizo por todas as informações, declarações prestadas e documentos apresentados para requerer a Indenização do Seguro Obrigatório DPVAT Judicialmente, visto que fui vítima de um acidente de trânsito, perante qualquer juízo e órgãos municipais, estaduais e federais, de total minha responsabilidade que estou ciente deste ato.

Obs: Esta Declaração é expressão da verdade, pelo qual me responsabilizo civil e criminalmente sob as penas da Lei - Art.299 do Código Penal Brasileiro.

E por estar de acordo com o que aqui foi narrado, firmo o presente em duas vias de igual teor.

RECIFE, 20 de Dezembro de 2019.

Jose Bruno Carneira
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSTO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOSE BRUNO CORREIA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
10007607 SDS PE

CPF
118.528.724-89

DATA NASCIMENTO
30/03/1997

FLUIÇÃO
MANUEL FELIPE CORREIA
MARIA JOSE DE LIMA
CORREIA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A

Nº REGISTRO
06489886610

VALIDADE
22/06/2020

1ª HABILITAÇÃO
22/10/2015

OBSERVAÇÕES
sem observações

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GRAVATA - PE

DATA EMISSÃO
25/10/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
02561954756
PE075594927

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1302436300

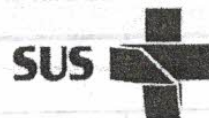
PROIBIDO PLASTIFICAR
1302436300







PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DR PAULO DA VEIGA PESSOA
FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO



IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

DATA: 08/06/2019

HORA DA CHEGADA AO HOSPITAL: 23:54

Nº DO REGISTRO DO HOSPITAL: 387705

PACIENTE: JOSE BRUNO CORREIA

CNS: 700008352452902

GENITORA: MARIA JOSE DELIMA CORREIA

TELEFONE: (81) 99696-7301

DATA DE NASCIMENTO: 30/03/1997

IDADE: 22

SEXO: Masculino

COR: Sem informação

ENDEREÇO: SÍTIO NICÁCIO

Nº:

BAIRRO: ZONA RURAL

CIDADE: GRAVATÁ

UF: PE

CEP:

PONTO DE REFERÊNCIA:

ACOMPANHANTE: MAE

HDA

*Prontuário encaminhado, sem alteração
de procedimento, não instituído (avaliação) e
chamado médico para ser realizado, e
instituído do cuidado clínico após 02 dias
de modo.*

EXAME FÍSICO

*Prontuário em andamento de SMC
- 6 Imobilização de membro direito*

EXAMES SOLICITADOS

*RX do crânio, com cervical e
MSD. - Exatidão do cuidado clínico*

HD

Prontuário em MSD

CID

MÉDICO COM CARIMBO E ASSINATURA

Dr. Nelson Manoel P. da Cunha
Médico
CRM 24494/PE





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde
Diretoria Geral de Promoção, Monitoramento e Avaliação da Situação de Saúde

REGISTRO DE VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE

DADOS DA NOTIFICAÇÃO	Município de Notificação Gravata - PE		Geres	
	Unidade Sentinela Hospital Geral de Gravata Dr. Paulo da V	CNES 2435802	Vítima Nº	
	Data do atendimento 08/06/2019 às 2000-01-01 23:54:00 -0200	Número de Registro/Prontuário 000187364		
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA	Nome JOSE BRUNO CORREIA			
	Sexo <input checked="" type="checkbox"/> 1 Masculino <input type="checkbox"/> 2 Feminino <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Data de nascimento 30/03/1997 <input type="checkbox"/> 9 Ignorado	
	Idade 22 <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Ocupação AUXILIAR DE PRODUÇÃO <input type="checkbox"/> 9 Ignorado	
	Município de residência Gravata - PE		Código IBGE 260640	
	Raça/cor <input type="checkbox"/> 1 Branca <input type="checkbox"/> 2 Preta <input type="checkbox"/> 3 Amarela <input type="checkbox"/> 4 Parda <input type="checkbox"/> 5 Indígena <input checked="" type="checkbox"/> 9 ignorada			
DADOS DO ACIDENTE	Município onde ocorreu o acidente			
	Zona de ocorrência <input type="checkbox"/> 1 Urbana <input type="checkbox"/> 2 Rural <input type="checkbox"/> 9 Ignorada			
	Endereço do acidente			
	Data do acidente		Hora do acidente	
	Dia da semana do acidente <input type="checkbox"/> 1 DOM <input type="checkbox"/> 2 SEG <input type="checkbox"/> 3 TER <input type="checkbox"/> 4 QUA <input type="checkbox"/> 5 QUI <input type="checkbox"/> 6 SEX <input type="checkbox"/> 7 SAB		Tipo de Vítima <input type="checkbox"/> 1 Condutor <input type="checkbox"/> 2 Pedestre <input type="checkbox"/> 3 Passageiro conduzido adequadamente <input type="checkbox"/> 4 Passageiro conduzido inadequadamente <input type="checkbox"/> 9 Ignorado	
	Meio de locomoção da vítima no momento do acidente <input type="checkbox"/> 1 A pé <input type="checkbox"/> 2 Automóvel <input type="checkbox"/> 3 Motocicleta <input type="checkbox"/> 4 Bicicleta <input type="checkbox"/> 5 Coletivo <input type="checkbox"/> 6 Veículo Pesado <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 8 Outro _____			
	Acidente relacionado ao trabalho? <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Tipo de acidente <input type="checkbox"/> 1 Colisão/abaloamento <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 2 Atropelamento <input type="checkbox"/> 3 Tombamento/capotamento <input type="checkbox"/> 8 Outro _____	
	Outra parte envolvida no acidente <input type="checkbox"/> 1 Automóvel <input type="checkbox"/> 2 Motocicleta <input type="checkbox"/> 3 Bicicleta <input type="checkbox"/> 4 Coletivo <input type="checkbox"/> 5 Objeto fixo <input type="checkbox"/> 6 Animal <input type="checkbox"/> 7 Veículo pesado <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 88 Não se aplica <input type="checkbox"/> 8 Outro _____			
	Fatores relacionados ao acidente			
	Excesso de velocidade <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Uso de sinto de segurança pela vítima <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 88 Não se aplica	
	Avanço de sinal <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Uso de capacete pela vítima <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 88 Não se aplica	
	Uso de celular pelo condutor <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Uso de bebida alcoólica pelo condutor <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado	
	Sono do condutor <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Condutor tem habilitação <input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado <input type="checkbox"/> 88 Não se aplica	
	Outro fator relacionado ao acidente			
	Meio de locomoção da vítima para chegar à Unidade Sentinela <input type="checkbox"/> 1 Veículo particular <input type="checkbox"/> 2 Viatura policial <input type="checkbox"/> 3 SAMU <input type="checkbox"/> 4 Resgate/Bombeiro <input type="checkbox"/> 5 Ambulância <input type="checkbox"/> 6 Coletivo <input type="checkbox"/> 7 A pé <input type="checkbox"/> 8 Outro <input type="checkbox"/> 9 Ignorado			
Condições da vítima ao chegar na Unidade Sentinela <input type="checkbox"/> 1 Consciente <input type="checkbox"/> 2 Inconsciente <input type="checkbox"/> 5 Morto <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		Transferência da Vítima <input type="checkbox"/> 1 Sim - Para onde? _____ <input type="checkbox"/> 2 Não <input type="checkbox"/> 9 Ignorado		
NOTIFICADOR	Responsável pelo preenchimento		Função	
	Observações			

Comprei e
Unidade
M 02/07/19





Nome: JOSE BRUNO CORREIA (1623225)

Admissão: 327336

Procedência: ENFERMARIA (PACIENTE INTERNO)

Enfermaria:

Leito:

Unidade de Internação: 013 - Ortopedia/Traumatologia

Data: 15/10/2019

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA APRESENTOU FRATURA-LUXAÇÃO DE COTOVELO DIREITO HÁ APROXIMADAMENTE 3 MESES, TENDO SIDO SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO DA FRATURA. FICOU 3 SEMANAS COM IMOBILIZAÇÃO TIPO TALA AXILOPALMAR E FOI ENCAMINHADO A REABILITAÇÃO COM FISIOTERAPIA. NO MOMENTO QUEIXA-SE DE DEFICIT DE FORÇA E DIMINUIÇÃO DE ARCO DE MOVIMENTO DO COTOVELO COM DORES ESPORÁDICAS. AO EXAME APRESENTA DEFICIT DE EXTENSÃO E SUPINAÇÃO DO COTOVELO, COM ESTALIDO EM PUNHO DURANTE SUPINAÇÃO E FORÇA GRAU 4. RX EVIDENCIA FRATURA CONSOLIDADA COM PRESENÇA DE OSSIFICAÇÃO HETEROTOPICA EM COTOVELO. DEVE PERMANECER NA FISIOTERAPIA PARA TENTAR MAIOR GANHO DE FUNÇÃO, NÃO APRESENTANDO CONDIÇÕES PARA REALIZAR SUAS ATIVIDADES HABITUAIS POR TEMPO INDETERMINADO.

CID 10: S52.1 + S53.1

Relatório Emitido Eletronicamente

Data: 15/10/2019 as 09:54

Dr. (a) RENATO BELLO COSTA

CRM:





Nome: JOSE BRUNO CORREIA (1623225)

Data Nascimento: 30/03/1997

22 ANOS E 3 MESES

SEXO: M

Nº de Admissão: 318724

PAINEL:

Unidade de Atendimento: 013 - Ortopedia/Traumatologia

Data da Admissão: 16/07/2019

Serviço: 000 - Pronto Atendimento

Hora da Admissão:

Queixa do paciente:

3 SEMANAS DE POS OP DE FRAT-LUX DE COTOVELO DIREITO. SEM QUEIXAS

Exame físico:

DEFICIT PRINCIPALMENTE DE EXTENSÃO E SUPINAÇÃO

Hipótese diagnóstica:

POS OP

Prescrição/Conduta: RX OK

CD: FISIO

MANTER TIPOIA

RETORNO DIA 06/08/19 AS7H

Horario/Checkagem

01 -	RETIRAR PONTOS + CURATIVO	
02 -		
03 -		
04 -		

Reavaliação:

Materiais Utilizados: (Enfermagem/Imobilização)

COMANDA:

Relatório Emitido Eletronicamente

Data: 16/07/2019 as 09:06

Dr. (a) RENATO BELLO COSTA

CRM:

Renato Bello Costa
Ortopedista
CRM 11775





Nome: JOSE BRUNO CORREIA (1623225)

Admissão: 333769

Procedência: ENFERMARIA (PACIENTE INTERNO)

Enfermaria:

Leito:

Unidade de Internação: 013 - Ortopedia/Traumatologia

Data: 17/12/2019

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA APRESENTOU FRATURA-LUXAÇÃO DE COTOVELO DIREITO EM 19/06/19, TENDO SIDO SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO DA FRATURA. FICOU 3 SEMANAS COM IMOBILIZAÇÃO TIPO TALA AXILOPALMAR E FOI ENCAMINHADO A REABILITAÇÃO COM FISIOTERAPIA. NO MOMENTO QUEIXA-SE DE DEFICIT DE FORÇA E DIMINUIÇÃO DE ARCO DE MOVIMENTO DO COTOVELO COM DORES ESPORÁDICAS. AO EXAME APRESENTA DEFICIT DE EXTENSÃO DO COTOVELO COM SUPINAÇÃO COM DEFICIT FUNCIONAL E FORÇA GRAU 4. RX EVIDENCIA FRATURA CONSOLIDADA COM PRESENÇA DE OSSIFICAÇÃO HETEROTOPICA EM COTOVELO EM REGIÃO POSTERO MEDIAL. PROGRAMA MOBILIZAÇÃO ARTICULAR SOB SEDAÇÃO, DEVENDO PERMANECER NA FISIOTERAPIA PARA TENTAR MAIOR GANHO DE FUNÇÃO, NÃO APRESENTANDO CONDIÇÕES PARA REALIZAR SUAS ATIVIDADES HABITUAIS POR TEMPO INDETERMINADO.

CID 10: S52 1 + S 53 1

Relatório Emitido Eletronicamente

Data: 17/12/2019 as 09:41

Dr. (a) RENATO BELLO COSTA

CRM:





Nome: JOSE BRUNO CORREIA (1623225)

Admissão: 333769

Procedência: ENFERMARIA (PACIENTE INTERNO)

Enfermaria:

Leito:

Unidade de Internação: 013 - Ortopedia/Traumatologia

Data: 17/12/2019

Queixa do paciente:

5 MESES E MEIO DE POS OP DE RFAT-LUX DE COTOVELO DIREITO. FEZ 68 SESSÕES DE FISIO. AINDA QUEIXANDO-SE DE DOR E DIFILCUDADE DE MOBILIZAÇÃO DE COTOVELO

Exame físico:

LIMITAÇÃO DE EXTENSÃO
FLEXÃO E PRONAÇÃO COMPLETA
SUPINAÇÃO FUNCIONAL

Hipótese diagnóstica:

FRAT CAB RADIO CONSOLIDADA

Prescrição/Conduta: RX COM OSSIFICAÇÃO HETEROTOPICA POSTERO-LATERAL

ORIENTAÇÃO

INDICO MANIPULAÇÃO ARTICULAR SOB ANESTESIA

RETORNO DIA 07/01 PARA AGENDAMENTO DE MANIPULAÇÃO ARTICULAR

LAUDO

Horario/Checagem

01 -		
02 -		
03 -		
04 -		

Reavaliação:

Materiais Utilizados: (Enfermagem/Imobilização) COMANDA:

Relatório Emitido Eletronicamente

Data: 17/12/2019 as 09:37

Dr. (a) RENATO BELLO COSTA

CRM:

Renato Bello Costa
Ortopedista
CRM: 1623225





Nome: JOSE BRUNO CORREIA (1623225)

Admissão: 316640

Procedência: ENFERMARIA (PACIENTE INTERNO)

Enfermaria:

Leito: LEITO 01

Unidade de Internação: 013 - Ortopedia/Traumatologia

Data: / /

RESUMO DE ALTA HOSPITALAR / LAUDO MÉDICO

HD:

FRATURA - LUXAÇÃO DE COTOVELO DIREITO

CID 10: S52.1

CIRURGIA REALIZADA:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA - LUXAÇÃO DE COTOVELO DIREITO
21/06/19

MÉDICO CIRURGIÃO:

Dr. RENATO BELLO COSTA

ORIENTAÇÕES:

- 1- CEFALLEXINA 500MG - TOMAR 01 COMPRIMIDO POR VIA ORAL DE 6 EM 6 HORAS POR 7 DIAS;
- 2 - DÍPIRONA 500MG - TOMAR 02 COMPRIMIDO POR VIA ORAL DE 6 EM 6 - SE DOR;
- 3 - REALIZAR CURATIVOS DIÁRIOS;
- 4 - RETORNAR DIA 01/07/19 AS 18H HORAS PARA CONSULTA COM SEU CIRURGIÃO.
- 5 - NECESSITA AFASTAR-SE DO TRABALHO POR 90 (NOVENTA) DIAS.

Relatório Emitido Eletronicamente

Data: 19/06/2019 as 15:08

Dr. (a) RENATO BELLO COSTA

CRM:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MUNICIPAL DR. PAULO DA VEIGA PESSOA**

FICHA COMPLEMENTAR DE TRANSPORTE DE PACIENTES

MUNICÍPIO ORIGEM: GRAVATA	SENHA REGULAÇÃO:	DATA:	HORÁRIO:
ENCAMINHADOR:	TRANSPORTE:	RECEPTOR:	
MÉDICO:	MÉDICO:	MÉDICO:	
CRM:	CRM:	CRM:	

CONTROLE DE HORÁRIOS DO MOTORISTA

SAÍDA:	HORA/DEPARTADA:	HORA LIBERAÇÃO AMBULÂNCIA:	RETORNO AO MUNICÍPIO:
MOTORISTA:			PLACA VTR:

PREENCHIMENTO PELA ENFERMAGEM

HISTÓRICO DE ENFERMAGEM:

DIAGNÓSTICO DE ENTRADA:

EXAMES ACOMPANHADOS:

CONDUTAS REALIZADAS:

SINAIS VITAIS:

Ar: / mmHg Temp: °C

VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA () OU ASSISTIDA ()

USO DE DROGAS VASOATIVAS: SE SIM, QUAL (S)?

INTERCORRÊNCIAS DURANTE O TRANSPORTE () N () S. QUAIS?

AUTORIZAÇÃO DO PACIENTE OU SEU RESPONSÁVEL PARA TRANSFERÊNCIA

EU, _____ RG Nº _____ ORG. EXP. _____ UF _____
 NA CONDIÇÃO DE: () PACIENTE / () ACOMPANHANTE AUTORIZO A TRANSFERÊNCIA,
 ESTANDO CIENTE DA NECESSIDADE E DOS RISCOS INERENTES, INFORMADOS ANTES PELO
 MÉDICO ENCAMINHADOR.



PRESCRIÇÃO, PROCEDIMENTOS – EVOLUÇÃO MÉDICA E ENFERMAGEM

SINAIS VITAIS

TEMP.		HGT	115	P.A.	110/80
F.C.	68	F.R.		SpO ₂	98%

38 0,97 100ml
 → CBTOMOTENO 100ml 01:40

[Signature]
 CRM 24494/PE

[Signature]
 Isabela Ramoni Souza
 Enfermeira
 COREN-PE 502224

Feito na emergência

VALVULAS - dt

0) CEFALOTINA - 02FA + AD - 18

[Signature] 05:30
 Lindemir B. Silva
 Téc. Enfermagem
 COREN-PE 648 282

3) FAÇO REDUÇÃO MOVIMENTOS DO COTOVELO
 ①

4) SOLICITO MAIS PÍLOS.

+ TD LUXAÇÃO DO COTOVELO ① FELTADO
 PORÉM COM INSTABILIDADE DO ESTRESSE E
 VIBRO A VIBRO. (LESTO LIGAMENTOS?).

NEUROVASCULAR PRESERVADO

ALTA

Dr. Heitor Lopes
 CRM 20016/PE

HORA:	DATA: <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>	CURADO <input type="checkbox"/>	MELHORADO <input type="checkbox"/>	A PEDIDO <input type="checkbox"/>
		TRANSFERIDO <input type="checkbox"/>	ADMINISTRATIVO <input type="checkbox"/>	ÓBITO <input type="checkbox"/>

MÉDICO RESPONSÁVEL / ASSINATURA / CARIMBO

FATURAMENTO / PROCEDIMENTO SUS





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO

DELEGACIA DE POLÍCIA DA 062ª CIRCUNSCRIÇÃO - GRAVATÁ - DP62ªCIRC
DINTER1/12ªDESECBOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0152002851**Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **05/07/2019** às **09:54****ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **8/6/2019** às **22:55**Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE GRAVATA, 01, VIA EM FRENTE AO CONDOMÍNIO INTERVILE - PRÓXIMO A SERRA DO MAROTO** - Bairro: **CRUZEIRO** - GRAVATA/PERNAMBUCO /BRASILLocal do Fato: **VIA PUBLICA****Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)
MARIA JOSE DE LIMA CORREIA (OUTRO)
JOSE BRUNO CORREIA (VITIMA)**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): JOSE BRUNO CORREIA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**JOSE BRUNO CORREIA (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA JOSE DE LIMA CORREIA** Pai: **MANUEL FELIPE CORREIA** Data de Nascimento: **30/3/1997** Naturalidade: **LIMOEIRO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **10007607/SDS/PE (RG), 11852872489 (CPF), 06489886610 (CNH)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Profissão: **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS** Telefones Celulares: **- 81996967301**Endereço Residencial: **ZONA RURAL DE GRAVATA, 01, SÍTIO NICACIO - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - GRAVATA/PERNAMBUCO/BRASIL****DESCONHECIDO (não presente ao plantão)** - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL****MARIA JOSE DE LIMA CORREIA (não presente ao plantão)** - Sexo: **Feminino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**
Endereço Residencial: **ZONA RURAL DE GRAVATA, 01, SÍTIO NICACIO - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - GRAVATA/PERNAMBUCO/BRASIL****Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)****MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **MARIA JOSE DE LIMA CORREIA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE BRUNO CORREIA**

05/07/2019 09:

Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NXR 160 BROS ESDD** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **BRANCA** - Quantidade: **01 (UNIDADE)**

Placa: **PDO0136 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)** Chassi: **9C2KD0810GR454699**

Complemento / Observação

O SENHOR JOSE BRUNO CORREIA (VÍTIMA) AFIRMA QUE ESTAVA CONDUZINDO UMA MOTOCICLETA PELA VIA E HORÁRIO DO FATO, QUANDO FOI SUFREENDIDA POR UM MONTE DE AREIA NO MEIO DA RUA. A VÍTIMA AFIRMA QUE SÓ VISUALIZOU A AREIA QUANDO JÁ ESTAVA EM CIMA, NÃO SENDO POSSÍVEL DESVIAR. A VÍTIMA ENTÃO AO PASSAR PERDEU O EQUILÍBRIO E CAIU NO CHÃO. COM A QUEDA A VÍTIMA LESIONOU O COTOVELO DIREITO. OBS.: A VÍTIMA APRESENTOU TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA (DOCUMENTOS PESSOAIS E DA UNIDADE DE SAÚDE) PARA REGISTRO DESTA BOE. SEGUE EM ANEXO

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**JOSE BRUNO CORREIA
(VÍTIMA)**

B.O. registrado por: **DEISE BARBOSA FIGUEIROA FARIA** - Matrícula: **3875113**





(/)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200071455 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE BRUNO CORREIA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO JOSE BRUNO CORREIA



CPF/CNPJ: 11852872489

Posição em 04-03-2020 08:47:35

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
05/03/2020	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
18/02/2020	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Srk__tv0Mibzd01TfrfWUCapi_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0viFWMWOibDszUvddCnU7ms=)
14/02/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/kYBAFLqIs3sZ9bjP3jY7rcapi_key=y+j2M6vLMwe__4v9TOuYJ0viFWMWOibDszUvddCnU7ms=)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0025419-87.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE BRUNO CORREIA

RÉU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte autora para indicar, seu contato telefônico, tanto fixo, como móvel, e se o seu endereço é atendido pela entrega de correspondência, ficando ciente de que, caso não haja entrega domiciliar da correspondência, a intimação será considerada concretizada com o envio da Carta com Aviso de Recebimento, mesmo que este não a busque na agência dos correios correspondente.

Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento das determinações constantes nesta decisão.

Com ou sem manifestações, retornem-me conclusos.

Intime-se.

Recife, 02 de junho de 2020.

Fernando Jorge Ribeiro Raposo

Juiz de Direito

L





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0025419-87.2020.8.17.2001
AUTOR: JOSE BRUNO CORREIA

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 16ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID [62899134](#), conforme segue transcrito abaixo:

"Intime-se a parte autora para indicar, seu contato telefônico, tanto fixo, como móvel, e se o seu endereço é atendido pela entrega de correspondência, ficando ciente de que, caso não haja entrega domiciliar da correspondência, a intimação será considerada concretizada com o envio da Carta com Aviso de Recebimento, mesmo que este não a busque na agência dos correios correspondente. Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para cumprimento das determinações constantes nesta decisão. Com ou sem manifestações, retornem-me conclusos. Intime-se. Recife, 02 de junho de 2020. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito "

RECIFE, 10 de julho de 2020.

ANA ELIZABETH AGUIAR CAVALCANTI
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-
PE**

Processo nº. 25419-87.2020.8.17.2001

JOSE BRUNO CORREIA, já devidamente qualificado nos autos do processo acima em epígrafe, no qual contende com **TOKIO MARINE SEGURADORA SA**, por sua advogada ao final assinada, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exª. Informar que não chega correspondência na sua residência e que seu contato telefônico é (81) 9.96967301. No entanto, o mesmo se compromete em comparecer quando for agendada a audiência e perícia.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 23 de julho de 2020.

JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES
OAB/PE 22.820.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ()

Processo nº **0025419-87.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE BRUNO CORREIA

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

DECISÃO

Vistos, etc ...

Defiro o pedido de gratuidade judiciária, ficando desde já ciente a parte autora do que dispõe o art. 98, §2º do CPC/15.

Considerando a peculiaridade dos processos de cobrança do Seguro DPVAT nos quais, como é sabido, a Seguradora somente propõe acordo mediante a prévia realização de perícia médica, entendo ser plenamente possível, nesses casos, a antecipação da produção dessa prova, imprescindível para o sucesso de uma eventual composição amigável, conforme previsto no inciso II do artigo 381 do CPC, cujo teor prevê:

“Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: (...) II - **a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito**”

Diante do singular cenário apresentado, determino com respaldo no mencionado dispositivo legal e em prestígio aos princípios da efetividade e da celeridade processuais **a antecipação da produção de prova técnica pericial**, a fim de que se possa identificar e quantificar o grau da(s) lesão(ões) por ventura sofridas pela parte Autora, e para tanto **nomeio como perito do juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM/PE nº16.868**, perito desta Vara, cujo currículo encontra-se no Gabinete.

Arbitro honorários no valor de R\$300,00 conforme estipulado pela própria Seguradora e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, meio do Convênio nº 014/2017, publicado no DJE Edição nº 66 de 06 de abril de 2017, a serem depositados na Caixa Econômica Federal, neste Fórum Rodolfo Aureliano e entregues a profissional após a apresentação do laudo, facultada a sua liberação parcial quando necessárias (art. 33, NCPC).

Deve a parte autora levar para a perícia os exames médicos da lesão alegada já realizados.

Cite-se e intime-se a ré, via carta com AR, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), sob pena de bloqueio de valores via BACENJUD e, na mesma oportunidade, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente.

Intime-se a parte autora, através de seu patrono, pessoalmente por AR e através do contato telefônico fornecido sob Id.65129580, para ciência da data designada para realização da perícia.

Decorrido o prazo e apresentado o comprovante do depósito judicial, remetam-se os autos ao perito.

Após o protocolamento da perícia, já tendo a ré pago os honorários, libere-se o alvará para o perito.

Caso não tenha havido o pagamento, voltem-me conclusos, certificando-se.



Cumpra-se.

Recife, 23 de julho de 2020.

Fernando Jorge Ribeiro Raposo

Juiz de Direito

L

